

CLIPPING IMPRESSO

02/06/2020

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
2. JORNAL EXTRA	
2.1. JUÍZES.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. JUÍZES.....	4
3.2. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	5 - 6
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	7
4.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
4.3. VARA ESPECIAL DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	9 - 10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	11 - 12
5.2. ESMAM.....	13
5.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	14
5.4. JUÍZES.....	15 - 16



ph@mirante.com.br
@holandaph

Na medida do possível

O desembargador Ricardo Duailibe vem tentando o quanto pode seguir com a produtividade de seu gabinete.

Ele continua a receber eventuais memoriais escritos no e-mail gabduailibe@tjma.jus.br. E os atendimentos a advogados, membros do Ministério Público e defensores públicos continuam sendo realizados em horário de expediente forense, por meio de telefone ou videoconferência, previamente agendados pelo e-mail institucional mencionado ou pelo contato (98) 3198-4528.

Ricardo Duailibe segue protocolo estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, seguindo orientações do Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde.

MPMA encontra falhas em presídio

Inspeção constata superlotação e servidores infectados por Covid no presídio de Imperatriz

Superlotação, servidores infectados por Covid-19 como ainda um óbito ocasionado por essa doença foram constatados no sistema prisional de Imperatriz durante uma nova inspeção virtual realizada, no último dia 29, pela equipe da 5ª Promotoria de Justiça Criminal em conjunto com a Vara de Execuções Penais e a Defensoria Pública do Estado.

O promotor de justiça, Domingos Eduardo da Silva, declarou que constatou que atualmente a Unidade Prisional de

Imperatriz está com 458 presos, sendo 392 do regime fechado e 68 do regime semiaberto com trabalho externo. Deste número, 252 internos são provisórios e os demais são sentenciados.

Ainda foi constatado que 20 servidores dessa unidade prisional foram afastados com suspeitas ou casos confirmados de Covid-19.

O promotor também verificou que a higienização está sendo realizada na unidade prisional três vezes por semana em todos os ambientes. ●

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

As matérias assinadas são de inteira responsabilidade dos seus autores



JUDICIÁRIO X PANDEMIA

*Osmar Gomes dos Santos

Notadamente a crise causada pela Covid-19 alcança os mais diversos setores da sociedade. Medidas de isolamento, algumas mais enérgicas, outras nem tanto, têm sido adotadas de norte a sul na tentativa de frear o avanço do novo coronavírus.

De repente, a vida virou de ponta a cabeça. Vimo-nos obrigados a cumprir quase que uma prisão domiciliar como único mecanismo para coibir o contágio, conforme orientam as autoridades de saúde, inclusive os mais renomados especialistas no assunto. Fique em casa, não há remédio.

O caos parece ter se instalado. Aviões trocaram o céu pelo chão, enquanto os ônibus e carros trocaram as estradas pelas garagens. Mudamos nossos hábitos, escolas foram fechadas e aulas passaram a ser ministradas no computador. No comércio apenas o essencial funciona e as reuniões de amigos e familiares agora são nos aplicativos de mensagens.

Em meio a todo esse cenário, o Poder Judiciário segue cumprindo sua missão de entregar a tutela da prestação jurisdicional - fazendo justiça. Diante de tantos acontecimentos, em meio a tantas notícias nada agradáveis frente ao avanço da doença, é um alento saber que os direitos do cidadão estão sendo tutelados. Orgulho-me de fazer parte de uma instituição que, literalmente, não para nunca.

A pandemia chegou, mas o Judiciário maranhense, porque não dizer o brasileiro, estava preparado para a nova dinâmica social ora instalada. As experiências positivas anteriores, possíveis devido ao advento das novas ferramentas de Informática - processo virtual, sistemas informatizados e o teletrabalho -, permitem a execução dos serviços de forma remota, não presencial, salvo algumas exceções admissíveis.

Mudamos nossas rotinas, estabelecemos novos cronogramas, criamos espaços de trabalho em casa. Um home office que vai muito além do convencional, posto que diante do isolamento que nos impomos, terminamos por estender o expediente de trabalho. Tudo em prol do cidadão.

Mesmo distantes fisicamente, parece estarmos mais conectados enquanto instituição e mais desejosos de que o trabalho seja amplamente realizado.

Empenho e dedicação transformados em números por um quadro de magistrados e servidores dignos da atividade que exercem. Considerando os meses mais impactados pela

pandemia, abril e maio, este com alguns dias ainda para findar, pode-se dizer que o ritmo de trabalho não desacelerou.

Falando-se somente de segundo grau, foram pelo menos 370 mil atos praticados em menos de dois meses, segundo painel Termojuris, disponível na página eletrônica da Corregedoria Geral da Justiça. Cerca de 80 mil sentenças, 100 mil decisões e mais de 220 mil movimentações, atos estes diretamente relacionados com o impulsionamento das ações.

De fato que a tecnologia ajudou, posto que grande parte desses atos foram praticados em ambiente virtual. No entanto, inúmeros outros, embora em quantidade menor, são movimentações em processos físicos, apesar da suspensão dos prazos.

Prova de que a justiça não tem hora e nem lugar, os plantões judiciais e extrajudiciais seguem garantindo o acesso dos cidadãos no período noturno, nos fins de semana e feriados, atendendo aos casos urgentes.

Como se o trabalho não bastasse, ainda nos deparamos com servidores e magistrados que reservam um pouco do seu tempo para realizar ações sociais, promover campanhas e socorrer os mais necessitados. Este é o Judiciário no qual acredito, esta é a Justiça que está efetivamente ao lado da sociedade.

Sem aplausos! Estamos apenas fazendo aquilo que é nossa missão, para muitos uma vocação, mas que acertadamente, para todos, é uma obrigação enquanto servidores públicos que escolhemos ser.

Frente a um dos maiores desafios da humanidade, vejo um Judiciário que se agiganta, que sairá dessa crise ainda mais preparado para os novos tempos.

Mas o que me dá ainda mais orgulho da instituição a qual sirvo é saber que apesar do alto grau de informatização, sairemos dessa crise ainda mais humanos, sem soberba.

O momento é de positividade. A cabeça deve estar erguida e o olhar no firme e sereno propósito de buscar novos horizontes. Juntos, vamos vencer a Covid-19.c

*Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís; Membro das Academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.

Os Juízes, e nós Advogados

JOÃO BATISTA ERICEIRA

É sócio majoritário de João Batista Ericeira Advogados Associados

No artigo anterior sugeri a formação de “Frente pela Democracia”. A ideia se materializou em manifestos publicados nos grandes jornais e redes sociais. Subscrito por várias categorias profissionais e sociais, há um denominador comum que os une: a defesa da sociedade aberta e plural, tal como sustentava Karl Popper. Este é um autor sobre quem não paira nenhuma suspeita de esquerdismo. Combateu Platão, Hegel, Marx e os historicistas, pelo reforço a teses autoritárias. De origem austríaca, professor emérito da Universidade de Londres, agraciado pela rainha da Inglaterra com o título de “Sir”, em 1945 lançou a sua obra básica: “The Open Society and its enemies”, uma defesa clara e inequívoca da democracia em base científica, sem ideologismos. Em 1934 lançara “A Lógica da Pesquisa Científica”, manual indispensável nas universidades do mundo inteiro.

Como diria Popper, a democracia tem acertos e erros, compete-lhe fazer as retificações necessárias para que as pessoas vivam em uma sociedade que lhes garanta liberdade e justiça. Pertenceu ao “Círculo de Viena” juntamente com Hans Kelsen, a mais exponencial figura das ciências jurídicas do século passado, autor do livro “A Ilusão da Justiça”, sucessivamente reeditado, em que postula a relatividade da mesma, considerando-a manifestada em paz, democracia e tolerância.

Assim, os intolerantes, os que confundem as pessoas com as instituições, procurando demoli-las, estão por ignorância ou má fé, ou as duas, contribuindo para a derrocada da democracia e para a marcha ao regime autoritário.

Ruy Barbosa, do alto do seu magistério ensinava que o Judiciário independente e íntegro é o alicerce do regime e uma garantia para todos. Todos os poderes são passíveis de retificações, na forma prevista na Constituição

Federal. Aplica-se ao Legislativo, ao Executivo e ao Judiciário.

É conhecido o episódio em que o Imperador Napoleão Bonaparte proíbe o exercício da advocacia, dizendo que tudo estava no seu Código Civil dispensando interpretações. Teve de voltar atrás em razão do caos estabelecido ao lado do seu gabinete. Os déspotas são inimigos da advocacia e dos advogados.

O Poder Judiciário de que fazem parte, juízes, ministério público e advogados, comete acertos e erros, estes devem ser corrigidos nas formas em Direito admitidas. Recordo o livro publicado pela primeira vez em 1936, e sucessivamente reeditado, da autoria de Piero Calamandrei, advogado, jornalista, político, professor da Universidade de Florença, sob o título: “Elogio Dei Giudici Scritto Da Um Avvocato”, traduzido para: “Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados”.

Calamandrei, um combatente da resistência antifascista na Itália, professor de Processo Civil retratou as qualidades desejáveis em um juiz: a imparcialidade, a serenidade, a observância da legalidade; ao lado do espírito de combate e paixão pelas causas que de que se revestem os advogados. Mas ambos, pertencem a uma comunidade em que prevalece o respeito e a civilidade.

O advogado uruguaio Eduardo Couture em seus mandamentos propugna pela fé no Direito como o melhor instrumento da convivência humana; na Justiça, como destino normal do Direito; na Paz, como substituto bondoso da Justiça; e, sobretudo, na fé na Liberdade, sem a qual não há Direito, nem Justiça, nem Paz.

O Poder Judiciário, desde o julgamento de Jesus Cristo por Pilatos, sabe que precisa ser contramajoritário. O apelo para as maiorias fica para o Legislativo e o Executivo. O Judiciário ancora-se na respeitabilidade moral dos juízes. Eles não podem ser confundidos como um todo com o Poder Judiciário. Assim como a OAB não pode ser confundida singularmente com os advogados, e o Ministério Público com os seus membros.

De tudo resta uma convicção inabalável, devemos ser uma comunidade unida não pelo corporativismo, mas pelo respeito mútuo. Viva a Democracia!

DE FORMA GRADUAL

**Autoridades pedem
cautela na volta de
serviços e comércio
na Ilha de São Luís**

PÁGINA 3

COVID-19

Cautela na volta das atividades

Com a reabertura gradual do comércio e de serviços no Maranhão, população deve continuar seguindo as recomendações das autoridades sanitárias

PATRICIA CUNHA

Ontem começou a vigorar a portaria publicada pela Casa Civil do estado, que marca o retorno gradual da economia, impactada pela pandemia de coronavírus. Assim, estabelecimentos comerciais, indústrias e empresas que estiverem autorizadas a funcionar no Maranhão terão de seguir medidas sanitárias específicas e gerais para evitar a contaminação do coronavírus. Entre as atividades em funcionamento estão clínicas médicas; dentistas; hotéis e pousadas; transporte coletivo; óticas; autoescolas; construção civil; salões de beleza; comércio de móveis e variedades para o lar; supermercados e mercados; e serviços de informática e venda de celular. Também podem funcionar delivery e drive-thru de restaurante, bar e lanchonete; imobiliárias e escritórios; pequenas empresas exclusivamente familiares; postos de combustível e entrega e retirada de lavanderia; lojas de tecido, oficinas e loja de material de construção; bancos e coleta de lixo. Se por um lado o retorno gradual das atividades é cercada de cuidados e medidas para evitar a propagação da Covid-19, por outro lado, desde que encerrou o período de lockdown na Ilha a população da capital parece estar vivendo na normalidade.

O lockdown vigorou, por decisão judicial proferida pelo juiz Douglas de Melo Martins, pela Vara de Interesses

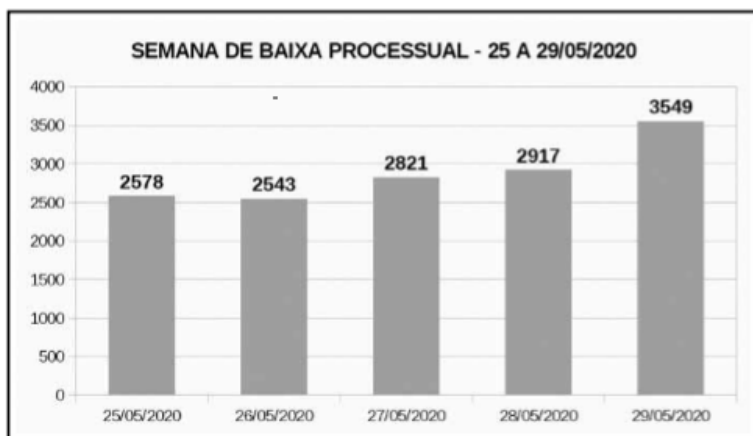
Difusos e Coletivos, a pedido do Ministério Público do Maranhão, por 13 dias. De acordo com o Governo do Estado, a taxa de contágio de coronavírus na Ilha apresentou queda após as medidas de isolamento social e do lockdown, adotado na região durante 13 dias. Alguns números indicam a redução na velocidade de contágio do vírus. De acordo com a SES, nos primeiros 30 dias da pandemia na Ilha, houve em média a duplicação de novos casos a cada cinco dias. A partir do lockdown, a duplicação se deu com uma diferença maior que dez dias. Estudos nacionais e internacionais mostram que o isolamento é a principal arma para conter a pandemia de Covid-19. Mas desde o fim do lockdown, registros na orla da capital tem mostrado uma população bem à vontade com a pandemia. O pedido de ficar em casa parece não estar mais surtindo muito efeito. Uma pesquisa feita no país mostrou que o Maranhão ocupava o segundo lugar pior índice de cumprimento das medidas isolamento e distanciamento.

O lockdown foi necessário

Quando o lockdown foi decretado, no dia 5 de maio, os hospitais públicos e privados estavam no limite, e São Luís chegou a registrar 14 mortes em um único dia. “Além disso, nós tínhamos naquele momento um crescimento, que cada 5 dias duplicava o número de casos e mortes também na região metropolitana, ou seja o crescimento da pandemia era gigantesco

naquele momento. A contaminação portanto era muito grande o número de mortos muito grande, então era muito importante o isolamento social para conter o crescimento, conter o avanço da pandemia”, disse o juiz Douglas de Melo Martins. O resultado, foi que o número de óbitos que chegou a ser de 17 em único dia, caiu para 2, uma redução significativa. “Uma redução muito grande e isso é a prova de que o isolamento social mais forte era adequado, e é uma prova de que isso foi importante para salvar a vida de muitas pessoas. Se não tivesse ocorrido naquele momento a rede de saúde poderia ter entrado em colapso. E com isso deu tempo de montar o hospital de campanha. Enfim, avançou bastante e de alguma maneira as pessoas acabaram cumprido de forma mais rigorosa”, alertou o juiz. Para a médica infectologista, Maria dos Remédios Branco, a preocupação é com a estrutura do estado para atender a demanda que pode vir a surgir se continuarem as aglomerações. “O sistema de saúde não tem condição de se preparar para atender tanta gente ao mesmo tempo mesmo com o Governo do Estado se preparando para isso, com hospitais de campanha, mas não dá conta. A velocidade de contágio é muito maior do que a saúde tem condições de se estruturar. As pessoas precisam compreender isso para respeitar o distanciamento social e a quarentena, porque essa é a medida estudada e provada que tem feito”.

SEMANA DE BAIXA: Unidades judiciais de 1º Grau baixaram quase 15 mil processos durante o primeiro mutirão deste ano



Relatório detalha movimentação diária de Baixa Processual no período do esforço concentrado

A primeira Semana de Baixa Processual deste ano, promovida pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA) no período de 25 a 29 de maio, arquivou definitivamente e retirou dos acervos judiciais 14.408 processos, oriundos de 262 unidades judiciais de todo o Estado. Segundo dados de relatório extraído pela Coordenação de Planejamento Estratégico da CGJ, a 2ª Vara de Barra do Corda; 1ª Vara de Grajaú; 2ª Vara de Lago da Pedra; Comarca de Senador La Roque; e 2ª Vara da Mulher de São Luís obtiveram os cinco melhores resultados.

O relatório aponta os dados alcançados pelas unidades judiciais, com destaque para as 10 que baixaram a maior quantidade de processos durante o mutirão: 2ª Vara de Barra do Corda (1386); 1ª Vara de Grajaú (282); 2ª Vara de Lago da Pedra (270); Comarca de Senador La Roque (264); 2ª Vara da Mulher de São Luís (263); Turma Recursal de Presidente Dutra (240); 6º Juizado Cível de São Luís (240); Comarca de São João dos Patos (233); 7º Juizado Cível de São Luís (233); e Comarca de São Bento (193).

Em 2019, a Justiça de 1º Grau alcançou a menor Taxa

de Congestionamento de Baixa processual (TCB) registrada nos últimos cinco anos nas unidades judiciais: 64,55%. De janeiro de 2018 a dezembro de 2019, a taxa de congestionamento de baixa caiu de 76,43% para 64,55%.

Em 2018, as unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão baixaram o total de 59.246 processos judiciais durante as duas edições da Semana de Baixa Processual, realizadas nos meses de junho e novembro. Os relatórios completos do trabalho de cada dia das unidades durante a Semana de Baixa estão disponíveis na página da CGJ-MA (www.tjma.jus.br/cgj), no link "Institucional/Downloads".

PROVIMENTO

A Semana de Baixa Processual foi instituída pela CGJ-MA por meio do Provimento Nº 10/2018, como parte do Programa de Enfrentamento da Taxa de Congestionamento Processual, com o objetivo principal de reduzir o acervo de processos e a taxa de congestionamento nas unidades judiciais de 1º Grau do Maranhão. O esforço concentrado também consiste na realização de intimações e certificações de trânsito em julgado, e são realizados por todos os servidores das unidades, com a supervisão do juízes titulares, auxiliares ou substitutos. (Márcio Rodrigo- Asscom CGJ)

MPMA realiza nova inspeção virtual em unidades prisionais de Imperatriz

Vinte servidores foram afastados com casos suspeitos e confirmados por Covid-19, com um óbito

O Ministério Público do Maranhão realizou nova inspeção virtual no sistema prisional de Imperatriz na última sexta-feira, 29 de maio. A inspeção foi realizada pela 5ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz em conjunto com a Vara de Execuções Penais de Imperatriz e a Defensoria Pública do Estado.

O promotor de justiça Domingos Eduardo da Silva relata que, durante a inspeção,

constatou-se que atualmente a Unidade Prisional de Imperatriz está com 458 presos, sendo 392 do regime fechado e 68 do regime semiaberto com trabalho externo. Deste número, 252 internos são internos provisórios e os demais são sentenciados.

Dos servidores, 20 foram afastados com suspeitas ou casos confirmados de Covid-19. Já houve um óbito na equipe de servido-

res da unidade prisional.

O representante do Ministério Público, no entanto, verificou que há higienização periódica na unidade prisional três vezes por semana em todos os ambientes. Também foi detectado que os presos estão usando máscaras e que os servidores estão utilizando os equipamentos de proteção individual (EPIs).

As visitas virtuais, uma das reivindicações do Mi-

nistério Público, também estão sendo realizadas. Além disso, há o parlatório virtual com os advogados. "Infelizmente registramos um óbito entre os servidores, mas os demais estão recuperados. O Ministério Público continuará as inspeções para acompanhar a situação nas unidades prisionais", garantiu o promotor de justiça. **(Iane Carolina / CCOM-MPMA)**

Maranhão apresenta crescimento de casos de feminicídio

*Maria Vitória foi
vítima de feminicídio
em Imperatriz, este ano*
P8c1



Maranhão apresenta crescimento de casos de feminicídio em 2020

Casos entre janeiro e maio superam os números do mesmo período do ano passado; mas em Imperatriz há apenas um caso



Fotos: Reprodução/Instagram



José Mauro e Maria Vitória mantinham um relacionamento estável

O Maranhão tem registrado aumento no número de casos de feminicídio nos cinco primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período de 2019. Os dados são da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Até 28 de maio foram registrados 24 casos de feminicídio no Maranhão. Em 2019, de janeiro a maio, foram 21 casos em todo o estado.

Em 2020, os casos de feminicídio ocorreram em 22 cidades: São Luís, Imperatriz, Maracáçumé, Buriticupu, Coroatá, São Luís Gonzaga, Timbiras, São José de Ribamar, Caxias, Lago da Pedra, Governador Edison Lobão, Itapeturu, Brejo, Pinheiro, Timon, Carolina, João Lisboa, Presidente Dutra, Palmeirândia, Santa Inês, Santa Helena e São João do Paraíso.

Um dos casos registrados em 2020 ocorreu em janeiro, no Condomínio Pacífico I, em São Luís. Segundo a polícia, o PM Carlos Eduardo efetuou vários tiros contra Bruna Lícia, após flagrar uma traição. Eles viviam juntos em união estável.

O homem que estava com Bruna no condomínio se chamava José Willian e também foi morto pelo policial. Carlos Eduardo acabou preso e responde por homicídio contra José Willian e feminicídio contra Bruna Lícia.

Segundo a SSP, a Casa da Mulher Brasileira, em São Luís, é um espaço de acolhimento e apoio psicossocial com serviços especializa-

dos para mulheres em situação de violência.

No local também funciona uma Delegacia Especializada com atendimento 24h, além de Juizado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Promotoria Especializada e Defensoria Pública.

Há ainda a Patrulha Maria da Penha, que desenvolve acompanhamento exclusivo à mulher vítima de violência. Após a denúncia em delegacia e definida a medida protetiva, uma policial é destacada para acompanhar a mulher, promover o afastamento do agressor do lar e impedir que ele se reaproxime.

Segundo a Secretaria, a Patrulha também realiza atendimentos, como visitas e rondas nas residências das vítimas de violência doméstica, evitando que agressores descumpram as medidas protetivas.

Em Imperatriz, aconteceu apenas um caso de feminicídio esse ano, até agora. No dia 12 de fevereiro, Maria Vitória foi assassinada pelo companheiro, identificado por José Mauro, fugitivo do sistema penitenciário do Maranhão. José Mauro matou Maria Vitória e escondeu o corpo debaixo da cama do quarto da casa onde o casal morava, no Povoado Lagoa Verde.

Quando foi preso, José Mauro alegou que matou Maria Vitória porque ela havia consumido maconha, que ele havia comprado para o seu consumo, sem sua ordem.

Judiciário lança Prêmio TJMA Sustentável em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente

O lançamento do Prêmio TJMA Sustentável será uma das ações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado 5 de junho. Em decorrência do novo coronavírus, o evento será por videoconferência, às 10h, com transmissão ao vivo pelo Youtube ([youtube/tjmaoficial](https://www.youtube.com/tjmaoficial)). Na ocasião, o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, fará o anúncio dos setores que mais reduziram o consumo de energia e papel A4. Os critérios para escolha dos homenageados foram pautados na redução do consumo de energia nas unidades jurisdicionais de 1º Grau; na diminuição do

consumo de papel nas unidades administrativas e jurisdicionais de 2º Grau; e na promoção de iniciativas individuais e coletivas de magistrados, servidores e funcionários terceirizados que contribuirão para o fortalecimento da Política Socioambiental do Judiciário Maranhense. “Nessa oportunidade faremos o lançamento do prêmio TJMA Sustentável para dar visibilidade às iniciativas espontâneas que demonstram como é possível adotarmos medidas sustentáveis nas rotinas de trabalho do Judiciário do Maranhão”, observou o presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS) do

TJMA, desembargador Jorge Rachid.

PRÊMIO

Além de promover o envolvimento de magistrados, servidores e funcionários terceirizados à Política de Sustentabilidade adotada pelo TJMA, os objetivos do “Prêmio TJMA Sustentável” são: implementar o uso racional dos bens de consumo e de serviços no ambiente de trabalho; implementar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos; incentivar o uso racional dos bens naturais; divulgar a Política de Sustentabilidade em vigor no âmbito de nossa Corte.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Prêmio

O lançamento do Prêmio TJMA Sustentável será uma das ações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em alusão, ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado dia 5 de junho. Em decorrência da Pandemia, pelo novo Coronavírus, o evento será por videoconferência, às 10h, com transmissão ao vivo pelo Youtube ([youtube/tjmaoficial](https://www.youtube.com/tjmaoficial)). Os participantes deverão acessar a sala de videoconferência pelo link: <https://call.lifesizecloud.com/1386818>. Na ocasião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, fará o anúncio dos setores que mais reduziram o consumo de energia e papel A4.

Inscrições abertas para o Congresso Nacional de Direito Eleitoral “Democracia, Eleições Municipais e Pandemia”

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, juntamente com a Escola Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral, promovem no próximo dia 8 de junho, das 8h30 às 20h, o Congresso Nacional de Direito Eleitoral, evento realizado por videoconferência e transmitido ao vivo pelo canal TRE-MA do Youtube.

As inscrições são gratuitas e estão disponíveis no período de 1º a 7 de junho. Os interessados devem preencher a ficha de inscrição disponível no endereço eletrônico www.tre-ma.jus.br. Aos inscritos será concedido certificado de 12 horas que será emitido a partir do dia 10 de junho, no site, informando o CPF do participante.

O Congresso irá discutir diversos temas relevantes ligados ao estudo do Direito Eleitoral e atualizar o cidadão acerca das normas recentes que regularão as eleições municipais vindouras. O evento é destinado a magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores públicos, representantes de partidos políticos, professores, pesquisadores, estudantes universitários e imprensa. A programação do evento inclui painéis com participações de ministros do TSE, desembargadores, juristas, professores universitários e advogados que irão abordar temas como democracia brasileira, seus avanços, conquistas e desafios; convenções, registro e o fim das coligações proporcionais;

segurança jurídica, eleições municipais, pandemia e seus impactos; inelegibilidades, financiamento e prestação de contas; e propaganda eleitoral, fakes news e o combate à desinformação.

O evento conta com a cooperação técnica da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) e com as seguintes parcerias: Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Comissão da Advocacia Eleitoral da OAB/MA, Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Universidade Ceuma, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Imperatriz

MPMA realiza nova inspeção virtual em unidades prisionais

O Ministério Público do Maranhão realizou nova inspeção virtual no sistema prisional de Imperatriz na última sexta-feira, 29 de maio. A inspeção foi realizada pela 5ª Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz em conjunto com a Vara de Execuções Penais de Imperatriz e a Defensoria Pública do Estado. O promotor de justiça Domingos Eduardo da Silva relata que, durante a inspeção, constatou-

se que atualmente a Unidade Prisional de Imperatriz está com 458 presos, sendo 392 do regime fechado e 68 do regime semiaberto com trabalho externo. Deste número, 252 internos são internos provisórios e os demais são sentenciados.

Dos servidores, 20 foram afastados com suspeitas ou casos confirmados de Covid-19. Já houve um óbito na equipe de

servidores da unidade prisional. O representante do Ministério Público, no entanto, verificou que há higienização periódica na unidade prisional três vezes por semana em todos os ambientes. Também foi detectado que os presos estão usando máscaras e que os servidores estão utilizando os equipamentos de proteção individual (EPIs). As visitas virtuais, uma das

reivindicações do Ministério Público, também estão sendo realizadas. Além disso, há o parlatório virtual com os advogados. “Infelizmente registramos um óbito entre os servidores, mas os demais estão recuperados. O Ministério Público continuará as inspeções para acompanhar a situação nas unidades prisionais”, garantiu o promotor de justiça.

Kátia Persovisan
 katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br
 Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>
 Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>



CONTEXTO

Live (II)

Em tempos de pandemia é crescente entre empresários de todos os tamanhos e segmentos a necessidade de re-negociar com fornecedores e muitas vezes fazer acordos para evitar conflitos em tempos tão nervosos e difíceis.

O entrevistado dessa terça – feira (02.06) às 11H é o Juiz de Direito Alexandre Abreu, Coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA e um expert no tema Conciliação. Para participar, basta acessar o Stories ao Vivo do perfil @cdlsaoluis.



Live da CDL

A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de São Luís realiza nesta terça-feira (02), a partir das 11h, uma live sobre “Negociação e Conciliação para Soluções de Conflitos na Pandemia”. O entrevistado é o Juiz de Direito Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA e um expert no tema Conciliação. A entrevista está disponível no instagran da entidade e para participar, basta acessar o Stories ao Vivo do perfil @cdlsaoluis.

DIVULGAÇÃO



O Juiz de Direito Alexandre Abreu, que será entrevistado na Live da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís nesta terça-feira (02) às 11H sobre os temas Negociação e Conciliação